ISSN Impresso: 1809-8320
ISSN Online: 2675-2638
http://integracao.unifip.edu.br/
DOI: 10.61223/integrcao.v6i2.171

Dança Inclusiva na UNIFIP/APAE: inclusão social e formação profissional por meio da prática corporal

Inclusive Dance at UNIFIP/APAE: social inclusion and professional training through bodily practice

Me. Fabian de Queiroz
Lucas Rodrigues Cavalcante Ribeiro
Caroline Virna Soares Felinto
Silmara Thayany Alves Araujo
Wesley Emanoel Rodrigues de Araujo
Pietra Marques Vasconcelos Farias
Camila Vitória Soares Felinto

Resumo

A dança configura-se como uma importante ferramenta pedagógica e social no processo de inclusão de pessoas com deficiência, por possibilitar o desenvolvimento motor, a expressão corporal e a interação social. O presente artigo tem como objetivo relatar e analisar as experiências vivenciadas no projeto de extensão *Dança Inclusiva na UNIFIP/APAE*, desenvolvido no município de Patos/PB, por meio da parceria entre o Centro Universitário UNIFIP e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). O projeto foi realizado ao longo de aproximadamente um ano, envolvendo pessoas com deficiência atendidas pela APAE e acadêmicos do curso de Bacharelado em Educação Física, sob orientação docente. As atividades consistiram em aulas de dança com coreografias temáticas, movimentos adaptados e momentos de dança livre, fundamentadas na metodologia da inclusão pelo movimento. Os resultados observados indicaram avanços significativos na coordenação motora, na percepção rítmica, na socialização e na autoestima dos participantes da APAE, além de contribuir para a redução da timidez e o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Para os acadêmicos, a experiência possibilitou a desconstrução de estigmas, o desenvolvimento de empatia e a compreensão do papel social do profissional de Educação Física como agente de inclusão. Conclui-se que o projeto evidenciou o potencial da dança como instrumento de transformação social, reforçando a importância das ações extensionistas na formação profissional e na promoção de uma sociedade mais inclusiva.

Palavras-chave: Dança. Inclusão social. Pessoas com deficiência. Extensão universitária. Educação Física.

Abstract

Dance is an important pedagogical and social tool in the inclusion process of people with disabilities, as it promotes motor development, bodily expression, and social interaction. This article aims to report and analyze the experiences developed in the extension project *Inclusive Dance at UNIFIP/APAE*, carried out in the city of Patos, Paraíba, through a partnership between Centro Universitário UNIFIP and the Association of Parents and Friends of Exceptional People (APAE). The project was conducted over approximately one year and involved people with disabilities assisted by APAE and undergraduate students of the Physical Education program, under academic supervision. The activities consisted of dance classes with thematic choreographies, adapted movements, and moments of free dance, based on the methodology of inclusion through movement. The results demonstrated significant improvements in motor coordination, rhythmic perception, socialization, and self-esteem among APAE participants, as well as a reduction in shyness and strengthening of the sense of belonging. For the undergraduate students, the project contributed to the deconstruction of stigmas, the development of empathy, and the understanding of the social role of Physical Education professionals as agents of inclusion. It is concluded that the project highlights the potential of dance as a tool for social transformation and reinforces the relevance of extension activities in professional education and in promoting a more inclusive society.

KeywordS: Dance. Social inclusion. People with disabilities. University extension. Physical Education.

1 Graduado em Educação física e Letras pela AESA/ESSA – PE, Mestre em Ciencias da Educação pela Almeida Garret/Lusófona – PT, sendo especialista em Educação Física escolar pela UNIFIP, Especialista em Psicomotricidade pela Três Marias – PB e Especialista em Gestão Escolar pela Almeida Garret - PT

INTRODUÇÃO

A dança acompanha a humanidade desde seus primórdios, constituindo-se como uma das mais antigas manifestações culturais já registradas. Muito antes de assumir contornos artísticos ou pedagógicos sistematizados, o movimento corporal já se apresentava como forma de comunicação, celebração e expressão espiritual. Entre os relatos simbólicos que atravessam diferentes culturas, destaca-se a figura de Shiva Nataraja — o Senhor da Dança — cuja dança cósmica, na tradição hindu, representa simultaneamente criação, preservação e transformação da vida. Ainda que situada no campo mítico, essa imagem sintetiza a compreensão ancestral da dança como força dinâmica e geradora de sentido.

Na contemporaneidade, essa dimensão simbólica não se perde; ao contrário, ressignifica-se. A dança passa a ocupar também espaços educativos, terapêuticos e sociais, sendo reconhecida como recurso capaz de promover saúde física, equilíbrio emocional e fortalecimento das relações interpessoais, especialmente quando integrada a práticas pedagógicas inclusivas (SCIALOM, 2016).

A promoção da inclusão por meio da arte, em especial da dança, configura-se como uma estratégia relevante no contexto educacional e social, ao reconhecer e valorizar a diversidade humana. A educação inclusiva deve ser compreendida como um direito fundamental, e não como uma ação assistencialista, exigindo, portanto, a transformação das práticas pedagógicas vigentes, conforme destaca Maria Teresa Eglér Mantoan. Nessa perspectiva, Paulo Freire enfatiza que o processo de ensino-aprendizagem deve possibilitar a construção do conhecimento de forma ativa e significativa, considerando as especificidades de cada sujeito.

No âmbito da Educação Física, a dança contribui de forma significativa para a estimulação motora e para a construção da identidade e da autoestima em diferentes contextos sociais. Para pessoas com deficiência, sua relevância torna-se ainda mais evidente. O movimento orientado, quando vivenciado em ambiente acolhedor, favorece avanços na coordenação, amplia possibilidades de interação social e fortalece a percepção de pertencimento. Pesquisas recentes apontam que a dança pode atuar no desenvolvimento físico, psicológico e social desse público, além de colaborar na redução de barreiras atitudinais e na promoção de processos inclusivos (CARVALHO et al., 2019; SILVA; CAMPOS, 2022). Assim, mais do que atividade corporal, a dança configura-se como prática que valoriza diferenças e tensiona preconceitos historicamente consolidados.

Além dos avanços observados no desenvolvimento motor e na socialização, é importante destacar que experiências como essa também evidenciam a necessidade de superação de barreiras ainda presentes no campo da dança. A literatura aponta que o acesso à dança por pessoas com deficiência ainda enfrenta limitações estruturais e atitudinais, o que reforça a importância de iniciativas que

ampliem as possibilidades de participação e visibilidade desse público (DALLA DÉA; LIMA, 2024).

Nesse cenário, a dança inclusiva pode ser compreendida como uma prática que vai além do movimento corporal, incorporando dimensões sociais e culturais essenciais à formação humana. Ao promover a participação de diferentes sujeitos em um mesmo espaço, essa prática favorece a construção de relações mais equitativas e contribui para o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo da sociedade. Dessa forma, a inserção de pessoas com deficiência em práticas de dança evidencia tanto avanços no campo da inclusão quanto desafios relacionados ao acesso e à permanência nesses espaços (CONSELHO et al., 2023).

A inserção da dança em contextos educacionais inclusivos favorece a construção de um ambiente mais participativo e acolhedor, no qual pessoas com deficiência podem explorar suas potencialidades de forma significativa. Por meio das vivências corporais, os participantes desenvolvem não apenas habilidades motoras, mas também aspectos sociais e emocionais, fortalecendo a interação com o grupo, a autonomia e a autoestima. Nesse sentido, a prática da dança em ambientes inclusivos amplia as possibilidades de desenvolvimento e participação social de pessoas com deficiência (CUNHA; GALVÃO; TERRA, 2023).

A utilização da dança no ambiente escolar vai além da simples prática corporal, configurando-se como um recurso pedagógico que favorece a participação de todos os alunos, independentemente de suas limitações. Ao promover atividades que valorizam o movimento, a expressão e a interação, a dança contribui para a construção de um espaço educativo mais inclusivo, no qual as diferenças são respeitadas e integradas ao processo de aprendizagem. Nesse contexto, a dança pode ser entendida como uma estratégia pedagógica que amplia as possibilidades de inclusão e aprendizagem no ambiente escolar (BATISTA; BRISOLA; GOMES, 2023).

Ademais, inserção da dança inclusiva no contexto educacional contribui significativamente para a construção de práticas pedagógicas mais equitativas, nas quais todos os sujeitos têm a oportunidade de participar ativamente do processo de aprendizagem. Ao vivenciar experiências corporais adaptadas e acessíveis, professores e acadêmicos ampliam sua compreensão sobre as diferenças, desenvolvendo uma postura mais sensível e comprometida com a inclusão. Nesse sentido, a dança inclusiva contribui para a construção de práticas educativas mais acessíveis e favorece a formação de professores mais sensíveis à diversidade (COSTAS, 2020).

No contexto das políticas e práticas inclusivas no Brasil, destaca-se o papel de instituições especializadas no atendimento às pessoas com deficiência. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) exerce um papel essencial na sociedade ao desenvolver ações voltadas à inclusão e à garantia de direitos das pessoas com deficiência, oferecendo serviços nas áreas de educação, saúde e assistência social, com o objetivo de promover a qualidade de vida desse público (APAE BRASIL, 2023).

Sob essa ótiva, é importante compreender os impactos dessas ações na vida das pessoas com

deficiência e na sociedade como um todo. Além disso, instituições como a APAE contribuem significativamente para o fortalecimento da autonomia e da participação social das pessoas com deficiência, por meio de práticas interdisciplinares que favorecem a inclusão em diferentes contextos sociais (GLAT; BLANCO, 2007).

É nesse horizonte que se insere o projeto de extensão *Dança Inclusiva na UNIFIP/APAE*, desenvolvido na cidade de Patos/PB. A iniciativa propõe vivências corporais rítmicas e expressivas junto aos indivíduos atendidos pela APAE local, articulando a participação de acadêmicos do curso de Educação Física da UNIFIP. A parceria estabelecida entre universidade e comunidade não apenas amplia as oportunidades de inclusão social, como também favorece a formação de futuros profissionais mais sensíveis às demandas da educação especial e comprometidos com uma atuação ética e humanizada (CHICON, 2008).

O projeto tem como propósito aproximar a instituição de ensino superior da comunidade por meio de ações inclusivas, desenvolver potencialidades motoras e expressivas nas pessoas com deficiência e preparar os estudantes universitários para o trabalho qualificado com esse público, em consonância com as diretrizes legais de promoção da inclusão (BRASIL, 2015). Ao mesmo tempo, busca sensibilizar a sociedade para a importância da acessibilidade e do respeito aos direitos das pessoas com deficiência, contribuindo para o exercício pleno da cidadania. Desse modo, a proposta ultrapassa a dimensão técnica da intervenção e se consolida como espaço de construção de uma cultura acadêmica e social pautada na inclusão e na valorização da diversidade.

METODOLOGIA

O projeto de extensão Dança Inclusiva na UNIFIP/APAE foi desenvolvido ao longo de aproximadamente um ano, caracterizando-se como uma intervenção contínua voltada à promoção de vivências rítmicas e expressivas para pessoas com deficiência atendidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Patos/PB.

O movimento apaeano caracteriza-se pela integração entre a instituição, a família e a comunidade, favorecendo o desenvolvimento global das pessoas com deficiência intelectual e múltipla por meio de uma atuação conjunta e articulada (APAE BRASIL, 2023). A condução das atividades ocorreu sob a orientação do professor responsável pelo projeto, contando com a participação de acadêmicos do curso de Educação Física da UNIFIP, que atuaram como monitores e mediadores das práticas desenvolvidas.

Inicialmente, estabeleceu-se que os encontros ocorreriam quinzenalmente. Contudo, em virtude de demandas logísticas, especialmente relacionadas ao transporte dos participantes, houve necessidade de ajustes no cronograma ao longo da execução. As atividades foram realizadas

predominantemente no pátio da própria APAE, espaço considerado acessível e adequado às necessidades do grupo. Em momentos específicos, sobretudo no período preparatório para os festivais semestrais de dança e ginástica promovidos pela UNIFIP, as ações foram desenvolvidas nas dependências da instituição de ensino superior, fortalecendo a integração entre universidade e comunidade.

O planejamento das aulas era realizado previamente pelo docente coordenador, considerando os objetivos pedagógicos do projeto e as especificidades dos participantes. As intervenções estruturavam-se a partir de coreografias temáticas, alinhadas aos eventos institucionais, compostas por movimentos simples e adaptáveis. A proposta metodológica priorizava a participação ativa de todos os envolvidos, respeitando limites funcionais, ritmos individuais e potencialidades motoras, evitando a centralidade na execução técnica padronizada.

A organização das atividades também considerou a necessidade de adaptações pedagógicas que garantissem a participação efetiva de todos os envolvidos. Nesse sentido, a estratégia metodológica adotada dialoga com perspectivas que compreendem a inclusão como um processo que vai além da simples adaptação de movimentos, exigindo práticas pedagógicas que promovam inclusão, participação e respeito à diversidade (PINHEIRO et al., 2024).

Os acadêmicos desempenharam papel fundamental no acompanhamento individual e coletivo dos participantes, oferecendo suporte durante as atividades, auxiliando na organização espacial e promovendo um ambiente de acolhimento e incentivo. A mediação constante possibilitou adequações imediatas nas propostas, assegurando a inclusão efetiva no processo.

A fundamentação metodológica baseou-se no princípio da inclusão por meio do movimento, compreendendo o corpo como instrumento de expressão, comunicação e interação social, independentemente das limitações funcionais. Tal perspectiva dialoga com estudos que apontam o movimento como elemento essencial no desenvolvimento motor, afetivo e social (CHICON, 2008; BERNARDES JÚNIOR, 2023). Dessa forma, buscou-se promover não apenas estímulos motores, mas experiências que favorecessem autonomia, autoestima e convivência social.

RESULTADOS

Durante o desenvolvimento do projeto *Dança Inclusiva na UNIFIP/APAE*, os efeitos das atividades foram se tornando perceptíveis de maneira gradual, quase silenciosa. Não se tratou apenas de observar avanços motores — embora eles tenham acontecido —, mas de acompanhar pequenas transformações no modo como os participantes se colocavam no espaço e diante do grupo.

Ao longo das aulas, foi possível notar melhorias na coordenação motora, no equilíbrio e na consciência corporal. Contudo, mais significativo do que isso foi perceber mudanças na postura e na expressão. Participantes que inicialmente demonstravam certa retração passaram, com o tempo, a se

envolver com mais segurança nas propostas, arriscando novos movimentos e interagindo com maior espontaneidade. A dança deixou de ser apenas atividade orientada e passou a ser vivência.

O ambiente construído coletivamente favoreceu vínculos afetivos e ampliou as interações sociais. A cada encontro, o grupo parecia mais integrado. O movimento funcionava como linguagem comum, capaz de aproximar realidades distintas sem necessidade de longas explicações.

Entre os acadêmicos de Educação Física, os impactos também foram evidentes. A experiência prática exigiu adaptação constante, escuta atenta e sensibilidade para reconhecer limites e potencialidades individuais. Muitos relataram que o contato direto com a população com deficiência modificou sua compreensão sobre o papel do profissional, ampliando a percepção de que inclusão não é apenas conteúdo curricular, mas prática cotidiana.

A parceria estabelecida entre a universidade e a APAE fortaleceu esse processo, tornando a extensão um espaço real de troca e aprendizado mútuo.

DISCUSSÃO

Os resultados alcançados ao longo do projeto convidam a repensar a dança para além de sua dimensão estética ou estritamente técnica. Inserida em um contexto inclusivo, ela deixa de ser apenas execução de movimentos e passa a configurar-se como espaço de experiência. O corpo, nesse cenário, não é avaliado por desempenho, mas reconhecido como meio legítimo de expressão.

A transformação observada nos participantes não pode ser atribuída exclusivamente à repetição de exercícios ou ao estímulo motor sistematizado. O que se percebeu, ao longo das vivências, foi a importância de um ambiente em que o erro não era exposto como insuficiência, mas acolhido como parte natural do processo de aprendizagem. Essa mudança de perspectiva — aparentemente simples — produziu efeitos significativos na forma como cada sujeito passou a se posicionar nas atividades. Aos poucos, o receio deu lugar à tentativa; a hesitação, à participação mais ativa.

Sob o ponto de vista formativo, a experiência extensionista revelou-se igualmente relevante. A formação acadêmica em Educação Física, muitas vezes estruturada em bases técnicas e normativas, encontra na extensão a possibilidade de diálogo com situações reais, marcadas por diversidade e imprevisibilidade. O contato direto com a população atendida pela APAE exigiu dos estudantes mais do que conhecimento metodológico: demandou escuta, adaptação e sensibilidade para reconhecer limites e potencialidades individuais.

Nesse sentido, a aproximação entre universidade e comunidade mostrou-se fundamental. Quando o conhecimento produzido no espaço acadêmico se abre ao encontro com demandas concretas, ele deixa de ser apenas conteúdo e se transforma em prática social. A experiência vivenciada reafirma que a inclusão não se constrói apenas por dispositivos legais ou discursos institucionais, mas por ações contínuas que reconhecem a diferença como elemento constitutivo da vida coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do projeto evidencia que iniciativas voltadas à inclusão produzem efeitos que nem sempre podem ser quantificados, mas são claramente perceptíveis nas relações estabelecidas. A dança, nesse contexto, revelou-se mais do que uma atividade pedagógica: tornou-se um espaço de encontro.

Para os participantes da APAE, o projeto representou a oportunidade de vivenciar o movimento como forma legítima de expressão e pertencimento. Para os acadêmicos, significou um aprendizado que ultrapassa o domínio técnico e alcança a dimensão humana da profissão.

O legado da ação extensionista não se resume aos encontros realizados, mas à compreensão de que a inclusão se constrói no cotidiano, em práticas simples e consistentes. Projetos como este demonstram que a transformação social não ocorre por grandes discursos, mas por experiências concretas que valorizam cada sujeito em sua singularidade.

A continuidade e ampliação de iniciativas dessa natureza mostram-se fundamentais para consolidar uma cultura institucional comprometida com a equidade, o respeito e a cidadania

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ingrid Rosa et al. *A linguagem como instrumento de inclusão social: uma experiência de ensino do hip hop para jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo*. **Movimento**, Porto Alegre, v. 26, e26033, 2020. DOI: 10.22456/1982-8918.91403. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/91403. Acesso em: 20 jan. 2026

BERNARDES JUNIOR, Roberto. *A dança como ferramenta inclusiva: avaliação das práticas de Educação Física para alunos com deficiência sob a perspectiva dos pais*. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/25/33/a-danca-como-ferramenta-inclusiva-avaliacao-das-praticas-de-educacao-fisica-para-alunos-com-deficiencia-sob-a-perspectiva-dos-pais. Acesso em: 22 jan. 2026.

SILVA, Bruna Poliana; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. *Dança para jovens e adultos com deficiência: uma revisão de escopo sobre publicações no Brasil*. **Diversidade e Educação**, v. 12, n. 2, p. 1093–1107, 2025. DOI: 10.14295/de.v12i2.16173. Disponível em: https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/16173. Acesso em: 24 jan. 2026.

CHICON, José Francisco. *Inclusão e exclusão no contexto da Educação Física escolar*. **Movimento**, v. 14, n. 1, p. 13–38, abr. 2008. DOI: 10.22456/1982-8918.3760. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3760. Acesso em: 24 jan. 2026.

BRASIL. ***Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).*** Diário Oficial da União, Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 jan. 2026.

SCIALOM, Maria. **Dança e inclusão: práticas contemporâneas**. São Paulo: Summus, 2016. ISBN: 978-8579201500. (Livro acadêmico disponível comercialmente; sem link de acesso livre).

CONSELHO, Ana Carla Pereira Martins; SANTOS, Carlos Alberto Batista dos; LIMA, Artur Gomes Dias. INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DE DANÇA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Revista de Estudos de Cultura**, São Cristóvão, v. 9, n. 22, p. 187–196, 2023. DOI: 10.32748/revec.v9i22.19461. Disponível em: https://ufs.emnuvens.com.br/revec/article/view/19461. Acesso em: 13 abr. 2026.

PINHEIRO, Breno Machado et al. Estratégias e adaptações para promover a inclusão de pessoas com deficiência na dança. Revista Encontros Científicos UNIVS, Icó-CE, v. 6, n. 2, p. 230–231, jan./jun. 2024. Disponível em: https://rec.univs.edu.br/index.php/rec/article/view/400. Acesso em: 13 abr. 2026.

COSTAS, Ana Maria Rodriguez. Dança, deficiência, educação acessível e formação de professores: experiências e teorizações em percurso. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 16, n. 4, p. 085–114, 2020. DOI: 10.5965/19843178164202085. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/18313. Acesso em: 13 abr. 2026.

CUNHA, Gisele Bizerra da; GALVÃO, Marcus Vinícius Alves; TERRA, Welma Alegna. Dança e inclusão na educação básica vertentes na teoria das Inteligências múltiplas. **Revista Polyphonía**, Goiânia, v. 34, n. 1, p. 134–150, 2023. DOI: 10.5216/rp.v34i1.77905. Disponível em: https://revistas.ufg.br/sv/article/view/77905. Acesso em: 13 abr. 2026.

DALLA DÉA, Vanessa Helena Santana; LIMA, Marlini Dorneles de. Acessibilidade para pessoas com deficiência visual nos espetáculos do grupo de dança Diversus. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 13, n. 1, 2024. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/download/76047/40655/358154. Acesso em: 13 abr. 2026.

BATISTA, Nídia; MARIA ANDRADE BRISOLA, Elisa; GOMES, Celso Augusto dos Santos. DANÇA E INCLUSÃO SOCIAL: Limites e possibilidades. **Interação - Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, *[S. l.]*, v. 25, n. 1, p. 50–65, 2023. DOI: 10.33836/interacao.v25i1.774. Disponível em: https://ojs.periodicos.unis.edu.br/interacao/article/view/774. Acesso em: 14 abr. 2026.

APAE BRASIL. Quem somos. Federação Nacional das APAEs, 2023. Disponível em: https://apaebrasil.org.br/pagina/quem-somos. Acesso em: 14 abr. 2026.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/723251666/Inclusao-Escolar-o-Que-e-Por-Que-Como-Fazer-Mantoan. Acesso em: 14 abr. 2026.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31971. Acesso em: 14 abr. 2026.